

TÍTULO I  
DA ORGANIZAÇÃO

2º RTD - CURITIBA/PR

1141659 -

CAPÍTULO I

PROTOCOLO

Da Denominação, Caracterização, Sede e Fins



**Art. 1º.** A Associação Paranaense de Cultura – APC, aqui também denominada simplesmente **APC**, anteriormente denominada Sociedade Paranaense de Cultura, - SPC, fundada em 31 de dezembro de 1950, com sede na Rua Imaculada Conceição, 1155, – Bairro Prado Velho, Curitiba, – PR, CEP 80215-901, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.659.820/0001-51, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal n.º 46.807, de 14 de setembro de 1959, publicado no Diário Oficial da União, de 5 de janeiro de 1960, até a revogação da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935; declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei n.º 1713, de 7 de janeiro de 1954; declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei n.º 11.029/04, de 17 de junho de 2004 do Município de Curitiba/PR; declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei n.º 174, de 10 de novembro de 2008 do Município de Guaraqueçaba/PR; declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei n.º 154, de 12 de novembro de 2008 do Município de Tijucas do Sul/PR; declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei n.º 691, de 11 de novembro de 2008 do Município de São José dos Pinhais/PR; declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei n.º 93, de 18 de dezembro de 2002 do Município de Toledo/PR; declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei n.º 8.018/2008 do Município de Maringá/PR; declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei n.º 10.206/2007 do Município de Londrina/PR; e declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei n.º 633/2008, de 11 de dezembro de 2008, do Município de Fazenda Rio Grande, inscrita nos conselhos municipais da assistência social e dos direitos da criança e do adolescente nos municípios de Curitiba/PR, Guaraqueçaba/PR, Fazenda Rio Grande/PR e Itapejara d'Oeste/PR, é uma associação civil de direito privado, beneficente de assistência social, com orientação religiosa de um instituto de vida consagrada, filantrópica nos níveis de atendimento e assessoramento, de fins educacionais, culturais, de comunicação social, de saúde, editoriais, e religiosos, de caráter não econômico, sem fins lucrativos, dirigindo e mantendo as Unidades, até mesmo que APC venha a criar, controlar ou incorporar para o desenvolvimento de suas finalidades.

§ 1º. A mudança de denominação se deu com base na Lei nº 10.406/2002.

§ 2º. A APC tem foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

§ 3º. Os atos constitutivos foram originariamente registrados no Cartório do 2.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba, sob n.º 21, às fls. 19, do Livro A-I de Pessoas Jurídicas, em 16 de outubro de 1952.

**Art. 2º.** Dentre os objetivos da APC, destacam-se os seguintes:

I. promover o ensino superior em todas as suas modalidades, assim como outros níveis de ensino;

II. propiciar às Unidades mantidas os meios necessários para cumprirem as suas finalidades;

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR





- III. estimular a pesquisa científica e a extensão universitária;
- IV. promover a educação pelos meios de comunicação social;
- V. promover a saúde da população pelo atendimento médico e hospitalar;
- VI. contribuir para a elevação dos padrões culturais da sociedade;
- VII. contribuir para a integração nacional e a solidariedade entre as nações, especialmente no campo educacional, cultural, social, da saúde e da comunicação;
- VIII. contribuir para o desenvolvimento nacional e regional mediante a prestação de serviços à comunidade;
- IX. promover a assistência social;
- X. manter instituições de ensino, pesquisa, assistência social, saúde e cultura.
- XI. Promover e Defender os direitos das crianças, adolescentes e jovens.

§ Único. Em todas as suas atividades, além de obedecer à legislação vigente e manter escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade, a APC se inspirará e se orientará pelos princípios humanitários e cristãos, pelas diretrizes da Igreja Católica Apostólica Romana e pela filosofia educacional de São Marcelino Champagnat.

**Art. 3.º.** - Para atingir os seus objetivos, a APC poderá integrar, incorporar ou criar estruturas próprias, conveniadas, consorciadas ou autônomas, nas áreas de educação, cultura, comunicação social, saúde, editorial, de assistência social, religiosa, ambiental, manipulação e dispensação de produtos veterinários, medicamentos psicotrópicos e em outras áreas correlatas.

**§ único.** A APC pode colaborar na existência e funcionamento de instituições, cujas atividades se enquadrem em suas finalidades estatutárias, mesmo que pertençam a outras pessoas físicas ou jurídicas ou coirmãs, podendo realizar convênios, contratos e parcerias com o objetivo de compartilhar, integrar e racionalizar recursos e atividades; poderá ainda, desenvolver suas atividades de forma direta ou indireta, por meio de convênios, contratos e parcerias com instituições públicas e privadas e organizações da sociedade civil; de igual forma, poderá fornecer ajuda, mesmo pecuniária, a pessoas necessitadas, em situações de calamidade.

2º RTD - CURITIBA/PR

1141659

PROTOCOLO

## CAPÍTULO II

### Do Patrimônio e dos Recursos Financeiros

**Art. 4º.** O patrimônio da APC é constituído:

- I. de títulos e direitos, bens móveis, imóveis e semoventes que possui ou vier a possuir por qualquer forma facultada por lei;
- II. dos legados e doações;
- III. de todos os bens colocados à disposição de suas mantidas;
- IV. dos resultados operacionais e não operacionais;
- V. dos auxílios e subvenções dos poderes públicos ou de outras pessoas físicas ou jurídicas nacionais ou estrangeiras;
- VI. de propriedade intelectual, marcas e patentes;
- VII. de direitos de qualquer espécie que venha a possuir.

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR



**Art. 5º.** Os recursos financeiros da APC se originam de:

- I. rendas, sobre o patrimônio;
- II. doações, auxílios ou subvenções da União, dos Estados e do Município, entidades autárquicas e pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;
- III. taxas, anuidades e emolumentos das Unidades mantidas, bem como de remuneração de serviços prestados e venda de bens e de produtos;
- IV. outras receitas operacionais e não operacionais, ordinárias e extraordinárias, até mesmo decorrentes de locações de espaços próprios para terceiros.

**§ único:** A APC presta contas de todos os recursos e bens de origem pública.

### **CAPÍTULO III Dos Associados**

**Art. 6º.** O corpo associativo da APC, formado exclusivamente por membros do Instituto dos Irmãos Maristas, de número ilimitado, admitidos pelo Conselho de Administração.

**§ único.** Perde automaticamente a condição de associado quem se desligar ou for desligado do Instituto dos Irmãos Maristas.

**Art. 7º.** São direitos dos associados:

- I. tomar parte nas Assembleias Gerais com direito a voz e voto;
- II. exercer cargos de direção;
- III. exercer funções culturais e administrativas em comissões para as quais forem nomeados;
- IV. receber assistência, manutenção e formação, à luz do preceito contido no Art. 1º, III, e 5º da Constituição da República de 1.988.

**Art. 8º.** São deveres dos associados:

- I. cooperar na integral realização dos objetivos da APC;
- II. cumprir e fazer cumprir o disposto no presente Estatuto, bem como nas determinações do Conselho de Administração e Assembleia Geral;
- III. aceitar os cargos para os quais sejam designados na forma deste Estatuto, a menos que ocorra motivo de força maior;
- IV. comparecer às Assembleias Gerais.

**Art. 9º.** Os associados que assim desejarem poderão retirar-se da Associação APC mediante comunicado de desassociação, encaminhada ao Conselho de Administração.

**Art. 10.** A exclusão de qualquer associado, por justa causa ou motivo grave, deverá ser aprovada por maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração, especialmente convocado para esta finalidade, cabendo recurso, no prazo de 10 (dez) dias, para a Assembleia Geral.

**Art. 11.** Aos associados que se desassociarem, ou que forem excluídos, não caberá direito algum, a nenhum título, sobre os bens e o patrimônio da APC.



**Art. 12.** A qualidade de associado não pode ser cedida, nem se transmite por direito hereditário.



**Art. 13.** Os associados não respondem, nem mesmo solidária e subsidiariamente, pelas obrigações sociais da APC.

**§ 1º.** A APC só se obriga para com terceiros pelos documentos assinados em seu nome pelos seus representantes legais, na forma da legislação vigente e deste estatuto.

**§ 2º.** É expressamente vedado a qualquer associado conceder empréstimos e garantias a terceiros em nome da APC e suas Unidades mantidas.

**Art. 14.** O vínculo associativo com a APC e a participação nas suas atividades, não geram ao associado direitos de nenhuma natureza além dos estabelecidos neste estatuto social e na legislação de regência das associações, nada podendo ser exigido pelo vínculo associativo, pelo tempo de associação, pela participação nas atividades associativas ou decorrentes da associação, às quais estão vinculados os seus direitos de personalidade, como voz e imagem, e pelas criações intelectuais de qualquer natureza em razão desse vínculo associativo, cuja utilização e exploração gratuitas são plenamente asseguradas à APC, em caráter vitalício.

**TÍTULO II**  
**CAPÍTULO I**  
**Da Administração**

**Art. 15.** São órgãos de administração da APC:

- I. A Assembleia Geral;
- II. O Conselho de Administração;
- III. O Conselho Fiscal.



**Seção I**  
**Da Assembleia Geral**

**Art. 16.** A Assembleia Geral, composta por todos os associados, reúne-se ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente, pelo Conselho de Administração ou por documento subscrito pela quinta parte, no mínimo, dos associados.

**§ 1º.** A convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária se dará mediante fixação de edital na sede social da APC e divulgação aos associados, com antecedência de 15 (quinze) dias, dela constando, de forma expressa, a pauta dos trabalhos.

**§ 2º.** A Assembleia Geral reúne-se, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta de seus membros; em segunda e última convocação, uma hora após, com qualquer número, e delibera por maioria simples de votos dos presentes, ressalvadas as exigências de *quorum* especial, previstas neste estatuto.

**Art. 17.** À Assembleia Geral compete:

- I - Tomar as contas dos administradores e aprovar o relatório anual, a prestação de contas e as demonstrações financeiras;

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR



- II - Eleger e dar posse ao Presidente e ao Vice-Presidente, entre os associados vitalícios, para o período de três anos, permitidas reeleições;
- III - Eleger e dar posse aos membros do Conselho de Administração entre os associados vitalícios, para o período de três anos, permitidas reeleições;
- IV - Eleger e dar posse aos membros do Conselho Fiscal, sendo três efetivos e três suplentes para o período de três anos, permitidas reeleições;
- V - Destituir os administradores, a qualquer tempo;
- VI - Nomear e dar posse a substitutos de administradores, a qualquer tempo;
- VII - Reformar ou alterar o estatuto social;
- VIII - Deliberar sobre transformações por fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra modalidade;
- IX – Deliberar sobre a dissolução da APC;
- X - Deliberar, em grau de recurso, sobre a exclusão de associados;
- XI - Deliberar sobre quaisquer outros assuntos de interesse da APC.

§ 1º. Para as deliberações a que se referem os incisos V, VII, VIII e IX exigem-se os votos concordes de dois terços dos presentes na Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela ser instalada, em primeira convocação, sem a presença da maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos um terço nas convocações seguintes.

§ 2º. A convocação para deliberar sobre a reforma do Estatuto deverá ser feita pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente

## Seção II Do Conselho de Administração

2º RTD - CURITIBA/PR  
1141659 -  
PROTOCOLO

**Art. 18.** O Conselho de Administração compõe-se de um Presidente, um Vice-Presidente, e Conselheiros, eleitos pela Assembleia Geral, dentre os associados, por um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

**§ único.** O Conselho de Administração é órgão deliberativo e normativo; e-o seu Presidente também detém funções executivas, conforme previsto neste estatuto.

**Art. 19.** O Conselho de Administração reúne-se mensalmente ou quando convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros e tem as seguintes atribuições:

- I. examinar o relatório anual de atividades e as contas da APC e suas Unidades mantidas;
- II. definir políticas e macrodiretrizes, e aprovar os planos estratégicos da APC e suas Unidades mantidas, e acompanhar sua execução;
- III. deliberar sobre metas orçamentárias, planos de ação, investimentos, planos de fusão, aquisição e venda de negócios, e expectativas sobre crescimento e resultados da APC e suas Unidades mantidas;
- IV. aprovar a criação ou eventual desativação de Unidades mantidas, bem como alterações significativas na estrutura organizacional da APC e suas Unidades mantidas;
- V. ratificar as alterações no Estatuto e no Regimento Geral da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, - PUCPR, e aprovar os Regimentos e suas alterações de outras mantidas, quando houver;

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR



- VI. decidir e autorizar aquisição, alienação e oneração de bens e imóveis, aval, fiança e endosso exclusivamente para negócios que dizem respeito à APC, a empresas ou Instituições nas quais ela particip;
- VII. apreciar a instituição ou eventual desativação de fundos especiais destinados à promoção de atividades e programas específicos, e deliberar sobre eles;
- VIII. autorizar a compra ou venda de imóveis que integrem o seu patrimônio;
- XIX. deliberar sobre custos, despesas e investimentos não consignados no orçamento;
- X. aprovar compromissos extraordinários;
- XI. acompanhar o desempenho das Unidades mantidas por meio de relatórios gerenciais resumidos;
- XII. deliberar sobre a nomeação e destituição do Superintendente Executivo da APC;
- XIII. deliberar sobre a nomeação e destituição do Reitor da PUCPR;
- XIV. deliberar sobre a nomeação e destituição dos dirigentes executivos corporativos e das áreas de atuação institucional, neste rol incluídos o Diretor Geral e demais Diretores da área de saúde, indicados pelo Presidente e pelo Superintendente Executivo da APC;
- XV. deliberar sobre a nomeação e destituição do Vice-Reitor e Pró-Reitores, indicados pelo Presidente, pelo Superintendente Executivo e pelo Reitor da PUCPR;
- XVI. propor e definir o esquema de compensação e benefícios dos principais executivos da APC e suas Unidades mantidas;
- XVII. constituir Comitês de caráter consultivo para a elaboração de estudos e análises que possam subsidiar as decisões do Conselho de Administração da APC;
- XVIII. constituir Comitês executivos de área e outros de apoio à gestão executiva;
- XIX. Deliberar sobre as diretrizes e a política de dados, segurança da informação e de conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.
- XX. rever suas próprias decisões;
- XXI. deliberar sobre casos omissos no presente Estatuto.

§ 1º. As decisões do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria absoluta de seus integrantes, cabendo ao Presidente, em caso de empate, também o voto de qualidade.

§ 2º. É expressamente vedado aos Associados, à Diretoria ou a qualquer de seus membros conceder empréstimos e garantias em nome da APC, ou qualquer Unidade Mantida, sendo legítimo o empréstimo, endosso, aval, fiança ou outra garantia prestada em nome da APC, seja em nome da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR ou qualquer outra Unidade Mantida, sendo legítimo o empréstimo, endosso, aval, fiança ou outra garantia prestada em nome da APC, PUCPR ou qualquer Unidade Mantida, quando feita pelos seus representantes legais ou procuradores com poderes específicos, se expressamente autorizados pelo Conselho de Administração.

**Art. 20** – Compete ao Presidente:

- I. convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- II. representar a APC ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, e constituir procuradores credenciados para atender assuntos *ad judicia et ad negotia*;
- III. firmar convênios, contratos, parcerias, inclusive contratos com instituições financeiras e outros compromissos entre a APC e entidades públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras;
- IV. cumprir as determinações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504





- V. abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, bem como emitir e endossar cheques e ordens bancárias, assinando conjuntamente com outro associado credenciado em nome da APC, podendo constituir procuradores para esse fim;
- VI. designar representantes da APC para os Colegiados Superiores da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, e para outros Organismos, quando couber;
- VII. designar o secretário do Conselho de Administração, a quem competirá secretariar as reuniões, lavrar as atas e levá-las a registro, mantendo em ordem os arquivos do colegiado e a documentação estatutária da APC;
- VIII. nomear o superintendente executivo da APC e o Reitor da PUCPR, ouvido o Conselho de Administração;
- IX. receber, em nome da APC, auxílios e subvenções de poderes públicos e entidades privadas;
- X. zelar pelos valores, princípios e missão da APC;
- XI. coordenar a administração de todos os setores que compõem a entidade mantenedora, bem como promover a gestão executiva das Unidades mantidas e controladas;
- XII. planejar, executar e controlar a gestão executiva corporativa e das áreas de atuação institucional;
- XIII. zelar pelo equilíbrio financeiro e pela otimização e conservação do patrimônio da APC;
- XIV. submeter ao Conselho de Administração, para a devida apreciação e oportuna aprovação, assuntos de natureza econômica e financeira de interesse da APC;
- XV. zelar pela adequada escrituração e conservação dos livros fiscais e contábeis;
- XVI. apresentar o balanço patrimonial da APC com demonstrações de receitas e despesas, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal, para aprovação pela Assembleia Geral;
- XVII. coordenar estudos acerca do plano estratégico da APC e das suas Unidades das previsões orçamentárias anuais, do relatório de atividades, bem como de outras questões de natureza estratégica ou estruturante;
- XVIII. submeter à apreciação do Conselho de Administração relatórios de desempenho operacional da APC e suas Unidades mantidas;
- XIX. cumprir as determinações do Conselho de Administração;
- XX. coordenar, por deliberação do Conselho de Administração, Comitês Executivos.
- XXI. Acompanhar a execução do orçamento anual.

§ 1º. Conforme juízo próprio de relevância para as operações da APC, por meio de ato formal, o Presidente poderá autorizar o exercício de parcelas de suas competências pelo Superintendente Executivo.

§ 2º. Caberá ao Presidente constituir mandatários, por meio de instrumento público ou particular, para agir em nome da APC, inclusive para celebração de contratos, devendo ser especificados no respectivo instrumento os atos que o mandatário poderá praticar e, quando for o caso, a duração do mandato.

**Art. 21.** Compete ao Vice-Presidente:

- I. substituir o Presidente em suas ausências ou eventuais impedimentos;
- II. assessorar o Presidente, sempre que necessário;
- III. resolver os assuntos que lhe forem encaminhados pelo Presidente.



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR



**Art. 22.** Compete ao Secretário, dentre outras atividades:

- I. organizar a agenda e a pauta das reuniões do Conselho;
- II. organizar e distribuir o material para as reuniões, e elaborar as suas atas;
- III. zelar pela documentação da Secretaria do Conselho de Administração da APC.

**Art. 23.** Aos Conselheiros compete a execução das atividades e funções que lhes são atribuídas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração.

### Seção III Do Conselho Fiscal



**Art. 24.** O Conselho Fiscal, eleito pela Assembleia Geral, é constituído por três membros e igual número de suplentes, associados ou não, eleitos em Assembleia Geral por um período de três anos, permitidas reeleições.

§ 1º. Em sua primeira reunião, o Conselho Fiscal elegerá seu Presidente e seu Secretário, cujos mandatos perdurarão por todo o período.

§ 2º. O Conselho Fiscal reunir-se-á de forma ordinária bimestralmente e, extraordinariamente, quando necessário, por convocação de seu Presidente.

§ 3º. Qualquer associado poderá requerer a convocação do Conselho Fiscal em carta endereçada ao seu Presidente, indicando a matéria de que se trata.

§ 4º. As deliberações do Conselho Fiscal serão exaradas em atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio que ficarão sob a guarda de seu Secretário e são assinadas por todos os presentes ao ato.

§ 5º. O *quorum* mínimo é de dois membros, desde que justificada a ausência do terceiro componente.



**Art. 25.** Compete ao Conselho Fiscal:

- I. fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- II. opinar sobre o relatório anual da Administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis para deliberação da Assembleia Geral;
- III. examinar as execuções dos planos de investimentos, orçamentos, bem como os eventos de transformação, incorporação, fusão ou cisão, quando e se ocorrerem, opinando sobre eles;
- IV. denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de Administração, os erros e/ou ilícitos que descobrir ou que deles tiver indícios, sugerindo providências úteis para a proteção dos interesses da APC;
- V. analisar e opinar, ao menos bimestralmente sobre os relatórios econômico-financeiros e opinar sobre eles;
- VI. examinar e opinar, sempre que achar conveniente, quando lhe for solicitado por qualquer dos associados ou por solicitação do Conselho de Administração, documentos, relatórios, livros ou processos administrativos, com o objetivo de zelar pelo patrimônio da organização;

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR



- VII. exercer poderes de auditoria, bem como emitir pareceres relativos às prestações de contas;
- VIII. opinar na contratação de auditores independentes.



### TÍTULO III

#### DAS UNIDADES MANTIDAS

**Art. 26.** O Estatuto da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR e os Regimentos e Regulamentos das Unidades mantidas respeitarão no todo o presente Estatuto; atenderão às exigências particulares de sua organização e deverão ser ratificados pelo Conselho de Administração.

**Art. 27.** A APC não responde pelos atos eventualmente praticados pelos associados ou membros de Direção em nome próprio, seja em benefício próprio ou de terceiros.

### TÍTULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 28.** A Associação Paranaense de Cultura – APC, terá duração ilimitada.

**Art. 29.** Para atingir seus objetivos filantrópicos, no desenvolvimento de suas atividades, a Associação Paranaense de Cultura – APC:

- I. não remunera os membros do seu Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo exercício de suas funções;
- II. não tem objetivo de lucro;
- III. não distribui dividendos, tampouco receitas e ou parcelas de seu patrimônio, sob forma alguma;
- IV. aplica integralmente, no país, o superávit apurado em seus exercícios financeiros na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades institucionais;
- V. mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades legais capazes de assegurar sua exatidão, segundo os princípios fundamentais da ciência contábil e Normas Brasileiras de Contabilidade;
- VI. poderá, a critério do Conselho de Administração, fazer doações, desde que essencialmente vinculadas aos seus objetivos assistenciais de promoção da educação e da saúde;
- VII. Adota práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes para coibir a obtenção, de forma individual e coletiva, de privilégios, benefícios ou vantagens pessoais ilegais.
- VIII. Dá publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do ano fiscal, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade;
- IX. Aceita a participação de representantes de docentes, estudantes e técnicos administrativos em órgãos colegiados acadêmicos deliberativos da sua mantida, PUCPR, conforme previsto em seus estatutos.



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR



**Art. 30.** A APC diligenciará a formação do pessoal necessário para fins de manutenção e ampliação dos serviços beneficentes que presta, podendo custear a sua formação cultural, educacional e técnica, em suas Instituições ou fora delas, no país ou no exterior.



**Art. 31.** O presente Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, em qualquer tempo.

**Art. 32.** Em caso de dissolução ou extinção da ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC, o seu patrimônio, descontado o passivo, respeitando-se os direitos de terceiros e as doações condicionais e as restituições permitidas em lei, será destinado à Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob nº 60.982.352/0001-11, com sede na Rua Justo Azambuja, 267, Cambuci, São Paulo/SP. Inexistindo esta, a outra entidade de mesmos fins, inclusive públicas, a critério da Assembleia Geral Extraordinária, que também atende aos requisitos da Lei Federal nº 13.019/2014.

Curitiba/PR, 24 de abril de 2020.



13º Tabelionato de Notas Curitiba/PR  
  


**ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA – APC**  
Ir. Délcio Afonso Balestrin  
Presidente

13º Tabelionato de Notas Curitiba/PR  
  


**Bruno Orloski de Castro**  
Secretário  
Diretor Jurídico – OAB/SP



1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E 13º TABELIONATO  
Trav. Nestor de Castro, 271 - Centro - Curitiba - PR - CEP 80020-120 - Tel: (41) 3888-2765

Selo Nº XRV5q.uzUEw.Ivouw.cRHnd.Tfstu

Valide esse selo em <http://fuvarpen.com.br>

Reconheço por SEMELHANÇA, as assinaturas de DÉLCIO AFONSO BALESTRIN e BRUNO ORLOSKI DE CASTRO. Dou fé.  
Curitiba, 04 de junho de 2020 - 14:11:47h.

Em Teste da Verdade  
Priscila Rusa de Almeida - Escrevente



2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE CURITIBA-PR

PROTOCOLO Nº 1.141.659  
AVERBADO AO REGISTRO Nº 21  
DISTRIBUIÇÃO Nº 000  
Curitiba-PR, 22 de janeiro de 2021



Francisco Cesar Cecilio  
Escrevente

Emulmentos: R\$21,70 (VRC 3,00), Funrejus: R\$9,04, ISS: R\$0,87, FADEP: R\$1,09, Funarpen : R\$1,32

Selo: 1813076PJAA000000044021K

ELISA DE FATIMA CHOPICE AZEVEDO  
OFICIAL DE REGISTRO  
RUA MONTE CARLO, 211 8º ANDAR  
CEP 80015-010 CURITIBA-PR  
41 3023 2444 - 41 99575 2444

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR



**ATA**  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
**ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA – APC**

**Ocorridas em 24/04/2020**

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de abril de 2020, às 10h, os membros associados da ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA – APC, inscrita no CNPJ sob nº 76.659.820/0001-51, com sede à Rua Imaculada Conceição, 1155, 10º andar, Prado Velho, Curitiba – PR, CEP 80.215-901, devidamente convocados pelo seu Presidente, Ir. Delcio Afonso Balestrin, conforme edital datado de 16/03/2020, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária e em Assembleia Geral Extraordinária nas dependências do Centro Marista Champagnat – CMC, localizado na Av. Senador Salgado Filho, 1651, Curitiba/PR, CEP: 81510-001, em primeira convocação, assinando a lista de presença, representando número superior à maioria absoluta necessária para sua instalação e funcionamento, para deliberarem conforme a ordem do dia constante do respectivo edital de convocação: "Pauta da Assembleia Geral Ordinária: Apreciar e deliberar sobre o Relatório anual, o Balanço e a prestação de contas do exercício de 2019, tomando conhecimento da manifestação do Conselho de Administração e dos pareceres do Conselho Fiscal e dos auditores independentes. Pauta da Assembleia Geral Extraordinária: Apreciar e deliberar sobre proposta de alteração do Estatuto Social". O Presidente, Ir. Delcio Afonso Balestrin, deu início aos trabalhos e coube a mim, Bruno Orloski de Castro, secretaria-los. Dando cumprimento à Pauta da Assembleia Geral Ordinária, participaram à distância, por meio da plataforma digital Teams, da Microsoft, o superintendente da APC, Antonio Luiz Rios da Silva, que foi auxiliado pelo diretor financeiro da APC, Maurício Leite de Barros Marques Zanforlin. Como participaram à distância, por meios digitais, ambos deixaram de assinar a lista de presença, mas foi solicitado pelo Presidente que suas participações fossem consignadas nesta ata. Foram então destacados os principais pontos do Relatório Anual, das Demonstrações Financeiras, e do Balanço Patrimonial, esclarecendo-se aos membros presentes todos os pontos relevantes das prestações de contas do exercício encerrado em 31/12/2019. Em seguida, fez-se a leitura do Relatório dos Auditores Independentes, AJCA Auditores Independentes



Secretaria de Governança Corporativa do Grupo Marista  
Procuradoria Jurídica do Grupo Marista  
Página 1 de 3





S.S., e do respectivo parecer sobre as demonstrações financeiras, emitido em 24/03/2020 por Antônio Justichechem, contador, CRC/PR – 005288/O-6 – CRC/PR – 037.469/04, nestes termos: *"Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da APC – Associação Paranaense de Cultura em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002)".* Prosseguindo, leu-se o Parecer do Conselho Fiscal, que opinou favoravelmente à aprovação das referidas demonstrações pela assembleia geral, em face da estrita conformidade com as disposições legais e estatutárias. Na sequência ouviu-se a exposição das Considerações do Economato, que também concluiu com recomendação pela aprovação da prestação de contas do exercício de 2019. Encerradas as apresentações e após os debates e esclarecimentos, **foi aprovada pela Assembleia Geral, sem ressalvas, a prestação de conta do exercício de 2019, seu Relatório Anual, Demonstrações Financeiras e Balanço Patrimonial.** Cumprida a pauta, encerrou-se a Assembleia Geral Ordinária. Em seguida, havendo presença superior a dois terços dos membros da APC, instalou-se a Assembleia Geral Extraordinária e, passando-se à pauta, na condição de diretor jurídico da APC, fui convidado pelo Presidente para apresentar a proposta de alteração do estatuto social, nos seguintes termos: **(i) alteração do artigo 17, com nova redação aos incisos VIII e IX, e inclusão dos parágrafos primeiro e segundo, que passa a vigor da seguinte forma:** "Art. 17. À Assembleia Geral compete: VIII – Deliberar sobre transformações por fusão, cisão, incorporação ou qualquer modalidade; IX – Deliberar sobre a dissolução da APC; § 1º. Para as deliberações a que se referem os incisos V, VII, VIII e IX exigem-se os votos concordes de dois terços dos presentes na Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela ser instalada, em primeira convocação, sem a presença da maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos um terço nas convocações seguintes; § 2º. A convocação para deliberar sobre a reforma do Estatuto deverá ser feita pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente". Os demais incisos constantes no art. 17, não mencionados, permanecem válidos; **(ii) Alteração do Art. 19, com a inclusão do inciso XIX, com a seguinte redação:** "XIX - Deliberar sobre as diretrizes e a política de dados, segurança da informação e de conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD"; **(iii) Alteração do art. 28, que passa a vigorar com a seguinte redação:** "Art. 28. A Associação Paranaense de Cultura – APC, terá duração ilimitada"; **(iv) Alteração do art. 31, que passa a vigorar com a seguinte redação:** "Art. 31. O presente Estatuto





poderá ser reformado, no todo ou em parte, em qualquer tempo". Após as exposições e debates, a proposta foi aprovada por unanimidade e determinou-se a consolidação do estatuto social e o seu registro, em anexo a esta ata. Ao final, tendo sido cumprida integralmente e com êxito as pautas da Assembleia Geral Ordinária e da Assembleia Geral Extraordinária, pelo Presidente foi aberta a palavra e, após manifestações de agradecimento e incentivo aos executivos, gestores e colaboradores pelos membros associados, o Presidente determinou a suspensão dos trabalhos para lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, a ata foi lida e aprovada por unanimidade. Por fim, não havendo outros assuntos a serem tratados, o Presidente, Ir. Delcio Afonso Balestrin, encerrou a reunião das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da **Associação Paranaense de Cultura – APC**. Ao exercer a função de Secretário, eu, Bruno Orloski de Castro, lavrei esta Ata, registrando os assuntos tratados, dos quais dou fé. Curitiba - PR, 24 de abril de 2020.

13º Tabelionato  
de Notas  
Curitiba/PR

  
**Ir. Delcio Afonso Balestrin**

Presidente das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da APC

13º Tabelionato  
de Notas  
Curitiba/PR

  
**Bruno Orloski de Castro**

Secretário das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da APC  
Diretor Jurídico – OAB/SP 106.977

**2º RTD - CURITIBA/PR**  
**1141658**  
**PROTOCOLO**

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E 13º TABELIONATO  
Trav. Nestor de Castro, 271 - Centro - Curitiba - PR - CEP 80020-120 - Tel: (41) 3888-2765

Selo Nº 01837145VAA00000004823211  
Consulte esse selo em <http://horus.fvz.arpen.com.br/consulta>  
Reconheço por SEMELHANÇA, as assinaturas de DELCIO AFONSO BALESTRIN e BRUNO ORLOSKI DE CASTRO. Dou fé.  
Curitiba, 14 de janeiro de 2021 - 10:24:29h.

Zm Teste da Verdade  
Priscila Rosa de Almeida escrevente



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
(41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Secretaria de Governança Corporativa do Grupo Marista  
Procuradoria Jurídica do Grupo Marista  
Página 3 de 3



 **2º REGISTRO DE TÍTULOS**  
E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE CURITIBA

ELISA DE FATIMA DUDECKE AZEVEDO  
OFICIAL DE REGISTRO  
RUA MONSENHOR CEZSO, 211 | 8º ANDAR  
CEP 80010-150 | CURITIBA | PR  
41.3023.2444 | 41.99575.2444



**PROTOCOLO Nº 1.141.658**  
**AVERBADO AO REGISTRO Nº 21**  
**DISTRIBUIÇÃO Nº 114000004966**  
Curitiba-PR. 22 de janeiro de 2021

**Francisco Cesar Cecilio**  
Escrevente

Emolumentos: R\$21,70 (VRC 3,00), Funrejus: R\$9,04, ISS: R\$0,87, FADEP: R\$1,09, Funarpen : R\$1,32

Selo: 1813076PJAA00000000439213



2º RTE - CURITIBA-PR  
1141658  
PROTOCOLO

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
LISTA DE PRESENÇA**

04 / 04 / 2020

	Nome	Assinatura
1.	Adilson José Janovski	
2.	Adilson Suhr	
3.	Afonso Levis	
4.	Afonso Mário Heck	
5.	Alberto Girardi	
6.	Albino Modesto Moretto	
7.	Albino Tecilla	
8.	Alfredo Moretti	
9.	Aloísio Kuhn	
10.	Alvanei Aparecido Santana Finamor	
11.	Anacleto Peruzzo	
12.	Antonio Benedito de Oliveira	
13.	Antônio Martins Teles	
14.	Antônio Nicolau Esmanhotto	
15.	Antônio Quintiliano da Silva	
16.	Arsênio Slivinski (Ir. Celedônio Cruz)	
17.	Avelino Spada	
18.	Carlos Wielganczuk	
19.	Cezar Cavanus	
20.	Cláudio Girardi	
21.	Clemente Ivo Juliatto	
22.	Darci Luiz Kroth	
23.	Dario Bortolini	
24.	Darlan Santorum	
25.	Davide Pedri	
26.	Délcio Afonso Balestrin	
27.	Edmundo Inácio Pina	
28.	Elias da Costa	
29.	Estevão Müller	
30.	Everaldo Francisco da Silva	
31.	Evilázio Tambosi	

2º RTD - CURITIBA/PR  
1141658  
PROTOCOLO







ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA

Rua Imaculada Conceição, 1155/10º andar  
Prado Velho - CURITIBA - PR - 80215-901  
Tel.: (41) 3271 1418 - FAX: (41) 3271 1378  
E-mail: [apc@pucpr.br](mailto:apc@pucpr.br)  
CNPJ: 76.659.820/0001-51 -  
Ins. Est.: ISENT0

	Nome	Assinatura
32.	Fábio Bettoni	
33.	Floravante Bernardi	<i>fete f7di</i>
34.	Francisco Fontana	
35.	Franki Kleberson Kucher	
36.	Frederico Unterberger	<i>Frederico Unterberger</i>
37.	Gilberto Rodrigues Rocha	
38.	Gilmar Aricini	<i>Gilmar Aricini</i>
39.	Helio Kollet	
40.	Henrique Maurina	
41.	Hermes Balena	
42.	Hilário Andrioli	
43.	Hildo José Ariotti	<i>Hildo José Ariotti</i>
44.	Hugo Depiné	<i>Hugo Depiné</i>
45.	Ilario Caresia	<i>Ilario Caresia</i>
46.	Ilario Wecker	<i>Ilario Wecker</i>
47.	Ivo Antonio Strobino	<i>Ivo Antonio Strobino</i>
48.	João Batista Pereira	
49.	João Carlos do Prado	
50.	Joaquim Sperandio	<i>Joaquim Sperandio</i>
51.	Jorge Gaio	
52.	José Aderlan Brandão Nascimento	
53.	José Cegalla	
54.	Lauro Darós	<i>Lauro Darós</i>
55.	Lauro Pazeto	<i>Lauro Pazeto</i>
56.	Leandro Cimadon	
57.	Leomar D'Ávila	
58.	Lino Alfonso Jungbluth	<i>Lino Alfonso Jungbluth</i>
59.	Lino Pedrotti	
60.	Luiz Adriano Ribeiro	
61.	Luiz Carlos Siena	
62.	Marcio Corrêa dos Santos	<i>Marcio Corrêa dos Santos</i>
63.	Marcondes Bachmann	
64.	Murilo Bertoldi	
65.	Nelso Crestani	<i>Nelso Crestani</i>
66.	Neri Depaoli	
67.	Nilso Antonio Ronchi	
68.	Orlando Zattar	
69.	Otalivio Sarturi	<i>* Otalivio Sarturi</i>

2º RTD - CURITIBA/PR

1141658

PROTOCOLO







ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA

Rua Imaculada Conceição, 1155/10º andar  
Prado Velho - CURITIBA - PR - 80215-901  
Tel.: (41) 3271 1418 - FAX: (41) 3271 1378  
E-mail: [apc@pucpr.br](mailto:apc@pucpr.br)  
CNPJ: 76.659.820/0001-51 -  
Ins. Est.: ISENT0

	Nome	Assinatura
70.	Paulinho Vogel	
71.	Paulino Ignacio Jacob	* <i>Paulino</i>
72.	Paulo Antonio Forster Ramos	
73.	Pedrinho Tambosi	<i>Pedrinho Tambosi</i>
74.	Pedro Aurélio Hinkelmann	<i>Pedro Aurélio</i>
75.	Pedro Danilo Trainotti	<i>Pedro Danilo</i>
76.	Pedro João Wolter	<i>Pedro João</i>
77.	Rafael Mendes dos Santos	<i>Rafael Mendes</i>
78.	Reni Voss	
79.	Rogério Polimeni	<i>Rogério Polimeni</i>
80.	Rogério Renato Mateucci	
81.	Roque Brugnara	
82.	Sadi Cella	
83.	Tercílio Sevegnani	* <i>Tercílio</i>
84.	Valdir Gugiel	<i>Valdir</i>
85.	Valério Dellalibera	
86.	Valter Pedro Zancanaro	
87.	Vanderlei Antonio Kuhn	
88.	Vanderlei Siqueira dos Santos	
89.	Vicente Caresia	
90.	Virgilio Josué Balestro	
91.	Wilson Backes	<i>Wilson Backes</i>
92.	Zeferino Zandonadi	

2º RTD - CURITIBA/PR

1141658 -

PROTOCOLO



